

Consertar para renegociar

Os governadores têm dois caminhos para arranjar dinheiro, investir em obras, oferecer melhores serviços e apresentar, no final do mandato, um balanço mais atraente de sua gestão. Um deles é passar os que têm problemas para o governo federal e tirar recursos da União. O outro é melhorar suas contas e criar poupança pública para investimento. Se o segundo caminho for seguido, será razoável uma renegociação dos débitos com o poder central. A outra escolha pode parecer mais fácil e pode parecer mais confortável. Mas será a pior para a maioria dos brasileiros e não vai resolver o problema das dívidas dos Estados. Alguns governadores têm procurado reduzir os gastos e racionalizar a administração, demitindo funcionários de estatais, leiloando concessões de serviços e buscando privatizar empresas. Mas seria muito otimismo falar num esforço geral. Além disso, o ajuste mal começou nos poucos Estados onde começou. O desequilíbrio é muito grande, na maior parte dos Estados, e a correção implica mudanças de grande alcance no setor público. Apenas oito Estados gastam 60% ou menos da receita líquida com a folha de pessoal, como mostra pesquisa publicada ontem pelo *Estado*. Em alguns

Estados, só esse item consome quase toda a arrecadação própria. O Espírito Santo comprometeu com o pagamento de pessoal mais do que arrecada.

Parte da arrumação pode ser feita com esforço próprio, às vezes contra resistência do próprio partido do governador. A oposição do PT às demissões de bancários no Espírito Santo é só o caso mais notório. Outros partidos também não apóiam facilmente políticas de reorganização e de corte de gastos. Ultrapassar esses obstáculos, porém, não é suficiente. Mudanças mais profundas dependem do Congresso Nacional. Sem a reforma administrativa não se pode mexer na estabilidade, no critério de isonomia e nas relações entre Executivo, Legislativo e Judiciário. Todos esses temas são de enorme importância para a qualidade da gestão pública. Resolver essas questões é interesse comum tanto do governo federal, quanto dos estaduais e dos municipais. No entanto, os governadores, para conseguir o máximo de concessões do Poder Executivo federal, se dispõem a recorrer ao Poder Legislativo



como aliado contra os "técnicos insensíveis". É uma estratégia de grande risco. Forçar a União a conceder mais que o razoável é condenar o País a crise financeira maior que a atual. Neste ano, até setembro, o governo central, sem contar as estatais, teve déficit operacional estimado em 1,87% do Produto Interno Bruto (PIB). Em 1995, no mesmo período, o resultado havia sido pouco melhor, um buraco de 1,79%. Para o conjunto do setor público, a expectativa, por enquanto, é de déficit de 3,5% do PIB, aproximadamente. Isso inclui os três níveis de governo e suas empresas. Jogar os débitos de um nível de governo para outro não reduz o total da dívida. Na melhor hipótese, pode mantê-lo. O mais provável, porém, é que o rombo tenda a crescer, pois o alívio momentâneo pode levar alguns governos a aumentar os gastos e a buscar mais créditos.

A maior parte dos governos tem problemas nas contas primárias, isto é, na administração de receitas e despesas não financeiras. Os gastos com pessoal são a di-

ficuldade mais evidente. Mas também há muitos focos de ineficiência, que resultam em serviços de má qualidade. É preciso não só cortar certas despesas, mas também redistribuir os recursos. Além disso, a arrecadação é insatisfatória. A base tributária é ampla, mas a cobrança é falha.

O primeiro passo deve ser um esforço geral para tentar consertar as contas primárias. Esse trabalho é penoso e pode ser politicamente difícil, principalmente nos Estados e municípios de menor economia, onde as relações entre go-

O Congresso pode ajudar os Estados, apressado as reformas e não pressionando o Tesouro Nacional

vernantes, funcionários e contribuintes ainda são muito pessoais. Por isso, vai ser preciso obter do Congresso Nacional as reformas de maior alcance, para tornar a administração pública mais eficiente. Antes desse trabalho, não tem muito sentido, como têm dito o ministro da Fazenda e seus auxiliares, renegociar os débitos da maior parte dos Estados. Nenhum problema seria de fato resolvido e alguns até se agravariam.